

Acordo coletivo 2005 mobiliza professores do Mackenzie

O novo acordo coletivo do Mackenzie, que acaba de ser assinado, foi aprovado pelos professores na assembleia realizada em junho. Como há tempo não se via, as negociações deste ano foram marcadas pela expressiva participação dos colegas de todo o instituto, fato considerado “de grande importância” pela Comissão de Representantes.

As divergências geradas – que culminaram na votação pelo “sim” ou “não” do acordo – permitiram um amplo debate sobre reivindicações, o trabalho docente e a relação com os mantenedores. “Essa discussão foi valiosa e abriu o caminho para a campanha salarial do próximo ano. Há assuntos que terão de ser retomados a partir dos resultados deste ano”, explica Thais Helena De Alcântara Peres, diretora do SINPRO-SP e membro da Comissão de Representantes de Professores.

O acordo coletivo 2005 mantém todas as garantias específicas dos docentes do Mackenzie. Determina reajuste salarial bem próximo do reivindicado pelos professores e também reajuste no vale-refeição e no auxílio-creche (Tamboré). Na avaliação da Comissão de Representantes é um bom acordo. Principalmente quando se leva em conta as dificuldades criadas pelo mantenedor durante as negociações. “A proposta de reajuste do Instituto era inicialmente de 4%. Não fosse a firmeza e determinação dos professores para elevar esse percentual, te-

ríamos uma perda salarial significativa”, analisa Neusa Bastos, também membro da Comissão e diretora do Sindicato.

O debate para a campanha salarial do próximo ano está aberto. Entre os desafios que os professores terão de enfrentar (*leia mais no verso deste boletim*) está o de discutir alternativas para gestão de benefícios – a exemplo do plano de saúde – independente da direção do Mackenzie. A idéia é buscar maior autonomia em relação ao Instituto para que todos saibam o que é salário e o que é benefício.

A distinção é importante e evita que os professores fiquem “reféns” dos patrões na luta por reajustes salariais dignos. A Comissão de Representantes espera a mobilização de todo o corpo docente na nova campanha salarial.

O acordo coletivo 2005

- » 7% de reajuste salarial (5,5% a partir de março e o restante a partir de agosto);
- » 10% de reajuste no valor do vale-refeição a partir de junho;
- » aumento de 7% no auxílio-creche a partir de junho (Tamboré);
- » manutenção de todas as cláusulas sociais.

Caminho aberto para a campanha salarial 2006

O acordo coletivo deste ano colocou alguns desafios para os professores em 2006. O primeiro deles é a recomposição da perda salarial de 0,66%, já que o reajuste interno foi inferior ao previsto na convenção coletiva do ensino superior 2005/2006 (7,66%).

Há também os problemas criados com a "avalanche" de novas atribuições: contrato por tempo (PPP e PPI), carga de trabalho cada vez maior – notadamente com a informática na educação básica sem que haja clareza pedagógica da direção para as atividades solicitadas, que ficam limitadas ao marketing -, denúncias sobre a pressão recebida pelos professores do ensino superior para a aplicação de novas provas

a alunos reprovados.

São questões que precisam ser enfrentadas com respaldo da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O artigo 67 da LDB estabelece como compromisso das instituições de ensino a valorização dos professores, oportunidades de aperfeiçoamento profissional continuado, períodos reservados a estudos, planejamento e avaliação, tudo incluído na carga de trabalho.

Além disso, os professores precisam colocar em pauta o resgate da dignidade de seu ofício, sua função social, num momento em que medidas do instituto imprimem autoritarismo e a conseqüente diminuição da autonomia docente.

"Prévia" da reforma estabelece novas regras para as universidades

O MEC anunciou recentemente novas regras para que as instituições de ensino superior tenham status de universidade. Numa espécie de "prévia" da reforma universitária, decreto do novo ministro, Fernando Haddad, exigirá que as universidades cumpram as proporções mínimas de docentes titulados e a obrigatoriedade de que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* – pelos menos três mestrados e um doutorado.

O Ministério anunciou também uma "faxina legislativa" no conjunto de normas atualmente em vigor, para excluir o que está em desuso e acertar o que está em desacordo com a lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Segundo o MEC, será possível incorporar os critérios e procedimentos discutidos no âmbito do anteprojeto da reforma com base na LDB.

O anteprojeto de lei da reforma universitária está agora na Casa Civil e deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Acompanhe no site www.sinprosp.org.br novidades sobre a reforma.

Mantenha-se informado

» Se você ainda não recebe o boletim eletrônico, solicite seu cadastramento pelo e-mail boletim@sinprosp.org.br. Com edições semanais, o boletim destaca as principais notícias do Sindicato, o material disponível no site, dicas de links, agenda de cursos e eventos e outros temas.

» Acesse o site www.sinprosp.org.br e acompanhe as notícias do Sindicato, as reportagens, os especiais, utilize os serviços exclusivos (atendimento eletrônico, currículo on-line, relação de escolas) e tudo sobre seus direitos.

» O e-mail de contato da Comissão de Representantes dos Professores é mack@sinprosp.org.br.

Expediente: Boletim dos Professores é uma publicação dos Sindicato dos Professores de São Paulo - Rua Borges Lagoa, 208 - CEP 04038-000 - São Paulo - SP Tel.: 5080-5988 - Fax: 5080-5985. Tiragem: 1.200 exemplares. Diretores responsáveis: Rubens Aniz e J. S. Faro. Jornalista responsável: Priscilla B. Gutierre (Mtb 27.919). Ilustração: Laerte. Criação e produção: Editora Publisher Brasil. Tel.: 3813-1836. Email: pbrasil@uol.com.br.



Rua Borges Lagoa, 208,
São Paulo - SP - CEP 04038-000
Tel.: 5080-5988 - Fax: 5080-5985
www.sinprosp.org.br